



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003792-04.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Felipe Diman**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos.

FELIPE DIMAN, qualificado nos autos, promove ação de inexigibilidade de débito com pedido de indenização por dano moral contra **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, e expõe que em que pese o fato de jamais haver mantido qualquer relação com a concessionária ré, a última insiste na cobrança de uma dívida inexistente, conduta que vem lhe causando transtornos de toda ordem, inclusive moral, cuja indenização deve ser arbitrada pelo Juízo. Requer seja a dívida declarada inexigível, além da condenação da ré a pagar indenização, sem prejuízo das verbas da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Contestação a fls. 60/72, acompanhada de documentos, pela qual a ré, preliminarmente, impugna a gratuidade de justiça concedida ao autor. Quanto ao mérito, afirma que, por mera liberalidade, já tomou as necessárias providências para cessar as cobranças do débito combatido, além de aduzir sobre a inexistência de danos morais.

Houve réplica, e para os autos vieram as informações do SCPC - São Paulo (fls. 111) e da Serasa (fls. 112), seguidas de manifestações das partes.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. O pedido comporta julgamento antecipado conforme previsto pelo artigo 355, I do Código de Processo Civil vigente.

1003792-04.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2. Primeiramente, preservo em favor do autor a gratuidade da justiça concedida, pois, se de um lado, o artigo 98 do CPC dispõe que possui direito ao benefício a pessoa natural ou jurídica, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, sendo que os documentos trazidos com a inicial comprovam a existência das dificuldades exigidas pela lei para a concessão do benefício, de outro, a ré não trouxe, com a contestação, prova de fato novo e superveniente à decisão que concedeu a benesse ao requerente, razões pelas quais a sua impugnação, como matéria preliminar, não comporta agasalho, e fica rejeitada.

3. Se de um lado a lide diz respeito à prestação de serviço de telefonia, que sofre a incidência do Código de Defesa do Consumidor, de outro, o autor certamente é parte hipossuficiente desta relação de consumo, mormente porque nega ter celebrado o contrato objeto da cobrança ora combatida.

Como seria diabólico exigir do autor a produção de prova de um fato negativo (não contratou os serviços de telefonia), é da requerida o ônus da prova do fato positivo, a saber, que houve a efetiva contratação da prestação pelo autor.

Ocorre que a concessionária não trouxe para os autos o respectivo instrumento, ou qualquer outro documento hábil a comprovar a contratação, donde a conclusão de que nenhuma relação jurídica existiu entre as partes que pudesse justificar a existência da dívida e a sua cobrança, daí a pertinência do pedido declaratório formulado pelo autor, sendo de rigor a procedência da ação nesta parte.

4. Idêntica sorte, contudo, não se reserva ao autor no tocante ao pedido de indenização por dano moral.

Na lição abalizada de SÉRGIO CAVALIERI FILHO, “*dano moral é a lesão de bem integrante da personalidade, tal como a honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação à vítima*” (in Programa de Responsabilidade Civil, 2ª Edição, Malheiros Editores, p. 78).

A lesão a bem personalíssimo, contudo, para caracterizar o dano moral, deve revestir-se de gravidade que, segundo ANTUNES VARELA, citado por Sérgio Cavalieri Filho, “*há de medir-se por um padrão objetivo e não à luz de fatores subjetivos*”.

Assim, para que se configure o dano moral indenizável, a dor, o sofrimento, a tristeza, o vexame impingidos, devem ser tais que, fugindo à normalidade, interfiram intensamente no comportamento e no bem estar psíquicos do indivíduo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na hipótese dos autos, entretanto, não se vislumbra como possa uma simples cobrança, ainda que indevida, ocasionar sensações mais duradouras e perniciosas ao psiquismo humano além do aborrecimento, do transtorno ou do contratempo, característicos da vida moderna.

Nessa linha de entendimento, mais uma vez, SÉRGIO CAVALIERI FILHO, pondera que *“mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos”*. (in Programa de Responsabilidade Civil, 2ª Edição, p. 78, Malheiros Editores).

O não pagamento de um contrato, o não pagamento dos honorários periciais ou advocatícios, o não pagamento dos serviços médicos, um acidente de trânsito, em suma, o ato ilícito em geral, por si só, não é suficiente à configuração da lesão moral.

É necessário algo mais, a saber, a prova dos problemas agregados, dos aborrecimentos extraordinários, de eventuais preocupações financeiras decorrentes da cobrança indevida, complicações pessoais, familiares, dentre outras, que ultrapassam o limite da normalidade, o padrão médio de transtornos existentes na vida do homem comum, mas nada disto existe de concreto nos autos.

Aborrecimentos são inerentes a todos que estão vivos e inseridos na realidade, motivo pelo qual descabida a pretensão indenizatória a título de dano moral. Frise-se, aliás, que não há prova da alegada inscrição dos dados do autor nos órgãos de proteção ao crédito a pedido da ré, como alegado na inicial, conforme constatado pelas respostas acostadas a fls. 111 e 112, com a ressalva de que o vencimento da dívida combatida nesta ação se deu em dezembro de 2017 (fls. 27), donde a rejeição dos argumentos expostos na manifestação de fls. 115.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** esta ação, e o faço para declarar inexigível a dívida ora discutida, no valor de R\$ 169,99, vencida em 8 de dezembro de 2017, relativa ao contrato VIVO nº 2144446419-ATL.

Nos termos do artigo 86, *caput* do Código de Processo Civil, determino que as custas do processo sejam distribuídas entre as partes, arcando cada qual com os honorários advocatícios de seu respectivo procurador, observando-se, em relação ao autor quanto às custas, os termos do artigo 98, § 3º do CPC e da Lei nº 1.060/50.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Araraquara, 13 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**